

4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - ARTIGOS

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES

Nalu Faria e Marisa S. Mello

APRESENTAÇÃO

O **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: tendências e desafios** foi um encontro que reuniu assistentes sociais para celebrar os 80 anos do Serviço Social no país e discutir o cenário político e social em um momento em que um golpe parlamentar está instaurado e ameaça conquistas institucionais e de direitos para trabalhadores e sociedade em geral.

O Simpósio, organizado pelo CRESS-MG, Abepss e Enesso, em Belo Horizonte, entre os dias 19 e 21 de maio, foi marcado por debates importantes para a categoria, com a participação intensa de mais de 1.000 pessoas entre profissionais e estudantes de Serviço Social. O evento teve na programação duas conferências, três grandes painéis, 13 plenárias simultâneas, espaços para exposição de pôsteres e para apresentação de trabalho para a comunicação oral, além das rodas de conversas com os profissionais, divididas por espaço sócio-ocupacional.

Nesta edição, o CRESS-MG apresenta alguns artigos escritos por profissionais renomados e renomadas, originados durante os 3 dias de evento.

GESTÃO SEGUINDO NA LUTA - PELO FORTALECIMENTO DA CATEGORIA E EM DEFESA

DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO (2014-2017)

SEDE:

DIRETORIA:

Presidente: Leonardo David Rosa Reis

Vice-Presidente: Viviane Arcanjo de Oliveira

1ª Secretária: Daniela Patrícia de Miranda Rezende

2ª Secretária: Simone Gomes da Silva

1ª Tesoureira: Marisaura dos Santos Cardoso

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Débora Calais Oliveira Correa

Vogal: Ana Maria Arreguy Mourão

Vogal: Janaína Andrade dos Santos

SECCIONAL JUIZ DE FORA

Coordenadora: Raquel Mota Dias Gaio

Tesoureira: Vanessa Sales Alves

Secretário: Geovane Martins Gonçalves

1º Suplente: Jhony Oliveira Zigato

2ª Suplente: Susana Maia

SECCIONAL MONTES CLAROS

Coordenadora: Rosilene Aparecida Tavares

Tesoureira: Denise Veloso Pinto

Secretária: Viviane de Castro Afonso

1ª Suplente: Grace Aparecida Sarmiento Rodrigues

SECCIONAL UBERLÂNDIA

Coordenadora: Ana Lúcia Martins Kamimura

Tesoureira: Valdirene Beatriz Cardoso

Secretária: Luana Braga

1ª Suplente: Cleidislene Silva

AUTORAS:

Nalu Faria & Marisa S. Mello

Militantes da Marcha Mundial das Mulheres

As reflexões apresentadas neste texto foram formuladas coletivamente, em sua maioria, pela Marcha Mundial das Mulheres, movimento social feminista que tem a autonomia econômica das mulheres como uma de suas principais bandeiras de luta. Desde o seu surgimento em 2000, a Marcha Mundial das Mulheres vem se consolidando como uma articulação internacional. Em junho de 1995, 850 mulheres marcharam 200 quilômetros contra a pobreza pelo interior do Quebec, no Canadá, chegando a Montreal, onde foram recepcionadas por 15 mil pessoas. “Pão e rosas”, elas pediam, simbolicamente. As principais conquistas desta manifestação foram o aumento real do salário mínimo, em uma economia de preços estáveis e pressionada pelo mercado comum com os Estados Unidos; mais direitos para as mulheres imigrantes; e apoio à economia solidária. A iniciativa do movimento de mulheres do Quebec inspirou mulheres do mundo todo a se unirem na Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, contra a pobreza e a violência sexista.

Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento: ampla mobilização e construção de uma agenda anticapitalista e de caráter feminista. Igualdade para todas. Fortalecimento de espaços coletivos das mulheres: populares, autônomos e diversos. Ações com criatividade para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico. Construção de alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo. Vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais. Solidariedade e internacionalismo. São estas as principais características que levaram à construção da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como um movimento permanente no Brasil e em todo o mundo.



O conceito de divisão sexual do trabalho

Nosso ponto de partida procura recuperar o debate sobre divisão sexual do trabalho e autonomia das mulheres a partir da trajetória do movimento feminista e de sua contribuição analítica para desnaturalizar todas as situações que em geral são apresentadas como parte de uma essência feminina, vinculadas à maternidade.

Essa realidade que é apresentada como fruto da natureza, na verdade, é historicamente construída, segundo Danièle Kergoat, decorrente da divisão sexual do trabalho, que está organizada a partir de dois princípios. Um é a separação – que estabelece a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. O outro é a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais que o trabalho das mulheres, tanto socialmente – através da valorização –, quanto economicamente – os homens ganham mais que as mulheres. É preciso articular a reprodução simbólica com a existência de uma base material que organiza as hierarquias entre os sexos.

Dessa forma, o conceito de divisão sexual do trabalho parte da compreensão de que há uma modalidade específica da divisão do trabalho entre os sexos. Tem como base o reconhecimento de que existe uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres que não é considerado. A naturalização desse fenômeno coloca como parte do destino biológico das mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidado considerados vinculados à maternidade. Ainda segundo Danièle Kergoat (1996), os homens são designados prioritariamente à esfera produtiva, e as mulheres, à esfera reprodutiva. Ao mesmo tempo, os homens possuem as atividades de maior valor agregado. Essa abordagem se insere em uma visão de que homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica cuja base material se expressa na forma de divisão social do trabalho, que nada mais é do que a divisão sexual do trabalho. Ou seja, uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero. Disso decorrem práticas sociais distintas e, também, uma relação desigual e hierárquica entre homens e mulheres. Tal relação tem por

base material a divisão sexual do trabalho, que atravessa todo o campo social.

Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado. Teve o mérito de dar visibilidade a enorme quantidade de trabalho que não é reconhecida como tal e é sempre invisível. Além disso, a presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não altera em nada a questão de que as mulheres continuam responsáveis quase exclusivamente pelo trabalho doméstico e de cuidados. Para as mulheres, a realização do trabalho doméstico e de cuidados se coloca como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres, e sua vivência está marcada por como se avalia se é ou não “uma boa mãe”, devendo, portanto, ser dócil e compreensiva; enfim, saber cuidar. Na verdade, esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico. Essa dinâmica é garantida e reproduzida pela construção do modelo hegemônico de família patriarcal.

O fato de que as mulheres realizam várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação do tempo gasto com as tarefas domésticas. Duas características permanentes estão presentes: trabalho voltado para os outros e o fato de ser considerado uma demonstração do seu amor. Isso explica porque uma mulher casada tem mais trabalho doméstico do que uma que vive sozinha. Se em uma casa tem dois adultos, deveria se esperar que diminuísse a carga de trabalho da mulher, mas na maioria dos casos acontece exatamente o contrário.

Para Cristina Carrasco (2006), o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e a relação com a exploração capitalista. As economistas feministas fazem uma crítica aos traços androcêntricos da economia e discutem que, no capitalismo, houve uma redução do conceito de trabalho àquelas atividades vinculadas ao mercado. Antes do capitalismo, era considerado trabalho o conjunto das atividades humanas necessárias para a nossa existência. Essa redução do

conceito de trabalho está vinculada a uma forte separação entre o que é uma esfera produtiva e uma esfera reprodutiva correspondente a outra divisão entre a esfera pública e privada. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se “mercantilizar”. O trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho porque não se troca no mercado. Ao mesmo tempo, o trabalho mercantil depende do trabalho doméstico e de cuidados que são feitos na casa, realizados pelas mulheres. A economia feminista demonstrou a conexão entre os lucros do mercado e o trabalho invisível das mulheres

Mulheres e mercado de trabalho

A presença das mulheres no mercado de trabalho cresceu permanentemente durante as últimas décadas e já é quase a mesma proporção em relação aos homens. Porém, essa inserção se dá em condições de forte desigualdade. A presença das mulheres está profundamente marcada pela divisão sexual do trabalho; as mulheres, portanto, estão em postos de menor prestígio e reconhecimento social.

As mulheres brasileiras correspondem a 51,2% da população de ocupados e os homens, a 73,7%. Por mais que elas venham se inserindo de modo crescente no mercado de trabalho, principalmente após 1980, o desemprego ainda atinge mais fortemente as mulheres. Elas são 56,7% dos desocupados (IBGE, 2014).

Embora se mantenha a tendência à bipolarização do emprego feminino, a grande maioria das mulheres continua concentrada em certos nichos de atividades, como o setor de prestação de serviços, seguido pela área social e o comércio de mercadorias, além do setor agrícola. Como parte desse fenômeno da bipolaridade do emprego feminino, algumas áreas profissionais antes acessadas apenas pelos homens hoje já incorporam mulheres, tais como engenharia, medicina, aviação etc. (Araújo et al., 2004; Freitas, 2007). No entanto, prevalece sua concentração e predomínio nos setores onde o trabalho é mais rotineiro, monótono, submetido a um rigoroso controle e supervisão da chefia e que não faz uso de tecnologias avançadas. Elas também são maioria nos serviços em domicílio e em tempo parcial, que se caracterizam,

geralmente, por serem trabalhos precários e com baixa remuneração. No setor agrícola, o trabalho feminino se refere principalmente às atividades de autoconsumo, não remuneradas e consideradas complementares ao trabalho do homem. Entre as mulheres ocupadas, 30,6% recebem até um salário mínimo (IBGE, 2014); as mulheres ainda se concentram na faixa salarial de até dois salários mínimos (77,7%), sendo que os homens correspondem a 80% dos brasileiros com renda superior a vinte salários mínimos (IBGE, 2009).

Outro aspecto é a desigualdade dos rendimentos femininos comparados aos dos homens. As mulheres recebiam, em 2014, um rendimento médio mensal equivalente a 74,5% do rendimento masculino. Mesmo considerando que as mulheres têm maior escolaridade que os homens, elas continuam a receber salários menores e estão em menor número nos postos de chefia e naqueles mais elevados na hierarquia vertical das empresas.

Mas é em relação às tarefas domésticas que há mais resistência às mudanças, constituindo um quadro em que as mulheres arcam sozinhas com esse trabalho. Segundo os dados da PNAD, em 2014, 91% das mulheres e 51% dos homens ocupados declararam realizar atividades domésticas; sendo que, enquanto as mulheres ocupadas gastam em média 21 horas por semana em afazeres domésticos, os homens gastam apenas dez horas. Ou seja, mesmo entre as pessoas ocupadas, a carga de trabalho doméstico feminino é muito superior à dos homens.

O fato é que ter ou não apoio para essas tarefas incide diretamente na sua inserção no mercado de trabalho. Uma das consequências é a transferência de parte de suas tarefas domésticas e de cuidados para outras mulheres, como as empregadas domésticas. No Brasil, aproximadamente 14% da população ocupada era de trabalhadores domésticos: 92% eram do sexo feminino, 68% não tinham registro de carteira formalizado e 65% eram negras. Sendo assim, esta é uma das principais formas de inserção no mercado de trabalho entre nós (IBGE, 2014).

Outro elemento que faz diferença na inserção no mercado de trabalho para as mulheres é o acesso a creche. Bila Sorj e Adriana Fontes (2010) analisam como o acesso a creche interfere diretamente no número de

horas trabalhadas, mostrando que as mães cujos filhos frequentam creche conseguem trabalhar mais do que aquelas cujos filhos são cuidados em casa. Ter os filhos na creche permite trabalhar mais horas, e também contribui para que as mães tenham uma melhor inserção no mercado de trabalho.

A associação entre escolaridade e participação no mercado de trabalho continua intensa para as mulheres. As mais instruídas têm taxas maiores e estão em atividades mais gratificantes e mais bem remuneradas. A posição no mercado de trabalho também depende do estado conjugal e da existência de filhos. Os dados da PNAD 2014 apontam que mulheres com menos de sete anos de estudo têm filhos mais cedo, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho.

No Brasil, as hierarquias constitutivas das relações sociais não se esgotam na dimensão de gênero e classe. O racismo é estruturante das relações hierárquicas na sociedade brasileira, por isso todos os indicadores sociais e econômicos apontam que a população negra se encontra em condições piores. Além disso, há o entrelaçamento de raça e gênero. As mulheres negras estão em situação de maior desigualdade em relação às mulheres brancas e aos homens negros. Ao mesmo tempo, como no caso das mulheres brancas, o maior acesso à escolaridade não garante a diminuição da desigualdade salarial em relação aos homens.

Outra dimensão constitutiva das desigualdades no Brasil é a questão urbana e rural. No caso das mulheres, a percepção de sua presença é marcada pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando o seu papel de mães, esposas e donas de casa.

A autonomia econômica das mulheres no Brasil hoje

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade das mulheres de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência e a serviços públicos. O

salário não é a única fonte de nossa autonomia; ela depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. Nossa autonomia como um todo depende da nossa capacidade de autodeterminar nossas vidas e nossos corpos. Apesar da criatividade das mulheres em luta por sua autonomia, muitas encontram restrições para consegui-la.

Até 2014, o Brasil viveu uma conjuntura de retomada de políticas voltadas para a recuperação do consumo interno, recuperação de políticas sociais, de infraestrutura etc. Isso se dá num quadro mais geral da América do Sul de valorização no mercado das principais “commodities” exportadas na região, que garante um percentual razoável de crescimento econômico, o que favoreceu a aplicação de políticas redistributivas.

Entretanto, isso se dá num quadro de intensos conflitos sociais diante do que vários setores consideram o reforço de um novo desenvolvimentismo, baseado na reprimarização da economia na região. Além disso, essa retomada econômica e do Estado se deu após um longo período das políticas neoliberais, com grande aumento da pobreza, precarização das relações de trabalho, perda de direitos e da capacidade anteriormente instalada pelo Estado. Além disso, com uma forte transnacionalização da economia, peso dos monopólios, fortalecimento do agronegócio com consequente perda da capacidade da agricultura familiar e camponesa.

Pelo peso de sua economia, o Brasil apresentou resultados consideráveis em relação a várias das questões levantadas a partir de um conjunto de políticas e programas que visaram recuperar o crescimento econômico e a capacidade de consumo de grande parte da população.

As principais ações de enfrentamento da pobreza desde 2003 foram a unificação e a forte ampliação dos programas de transferência de renda em torno do Bolsa Família. Esse programa atende mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, estudos apontam que, a partir desse programa, a pobreza

extrema reduziu de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. O Programa Bolsa Família atua em três eixos centrais: transferência de renda (que visa aliviar o problema imediato da pobreza); condicionalidades (que reforçam o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e assistência social); e programas complementares (que buscam promover o desenvolvimento das famílias para que estas rompam com as situações de vulnerabilidade).

De forma geral, há o reconhecimento da importância desse programa como uma ação emergencial contra a pobreza extrema e também pelo fato de abranger as famílias mais pobres. Porém, há um intenso debate sobre os limites de seu alcance no que se refere a mudanças estruturais e ao fato de que não é uma política redistributiva.

As mulheres são as principais atendidas, por estarem mais vulneráveis à pobreza. Mas também fundamentalmente pela visão de que elas se preocupam mais com o cuidado da família e investem os recursos mais adequadamente. Vários são os estudos que analisam a relação do programa com os impactos na autonomia das mulheres e na diminuição das desigualdades de gênero.

Uma das críticas ao programa, apresentada por Mariano e Carloto (2009), é que este tende a sobrecarregar as mulheres em tempo e trabalho, na medida em que parece haver um reforço de uma concepção de família, a qual se baseia na ideia de mulher como mãe e cuidadora, ao mesmo tempo em que o programa procura possibilitar que as mulheres realizem atividades extra-trabalho e de geração de renda. Segundo as autoras, essa dupla “função” da mulher contribui para que elas tenham menores possibilidades de participação no mercado de trabalho formal e em espaços públicos e políticos.

Bila Sorj e Adriana Fontes (2010), analisando os dados das regiões sudeste e nordeste em relação aos salários e à renda familiar, na tomada de decisão das mulheres de participar ou não do mercado de trabalho, concluem que a participação no programa não altera positivamente nenhum desses itens. Esses resultados, segundo elas, levam a sustentar que a

política de combate à pobreza promovida pelo Programa Bolsa Família, apesar do sucesso em reduzir a pobreza, não favorece de maneira relevante a integração das mães no mercado de trabalho e não facilita a inserção delas em ocupações de melhor qualidade. Consideram ainda que o reconhecimento das mulheres como protagonistas do programa, à luz de seu papel de cuidadoras da família, desestimula o incremento de sua autonomia individual.

Ao analisar o impacto que o programa vem tendo nas famílias e na vida das mulheres, o estudo realizado pela Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília (s/d) indicou, além de melhorias no combate à pobreza das famílias, que os principais efeitos sentidos pelas mulheres são o maior poder de compra das beneficiárias e, portanto, melhorias como consumidoras; maior autoridade das mulheres, que está ligada mais ao maior poder de compra anteriormente referido do que a uma mudança nas relações de gênero; e, por fim, a percepção de seu papel como cidadãs (dada a necessidade de terem documentos pessoais para se tornarem beneficiárias).

O maior poder das mulheres como consumidoras se refere ao fato de que elas agora podem comprar medicamentos, roupas, material escolar, entre outros. O valor mensal recebido pelo programa é, muitas vezes, uma das primeiras experiências vividas pelas famílias em ter uma renda regular e mensal. A pesquisa ainda indicou que o aumento no consumo tende a representar também um benefício para o município como um todo, na medida em que se estimula o desenvolvimento da economia local.



A percepção das mulheres beneficiárias de que o programa contribuiu para ampliar sua autoridade no seio da família está ligada ao maior poder de compra que elas passaram a ter, o que, por sua vez, permite que elas negociem posições no espaço doméstico. Segundo a pesquisa, a ajuda das mulheres na economia doméstica e o fato de elas não precisarem pedir dinheiro ao marido para comprar algo foram aspectos positivos ressaltados pelas beneficiárias.

Emprego e salário

No Brasil, depois de vinte anos de desestruturação do mercado de trabalho, a partir de 1999 inicia-se uma retomada do emprego com a desvalorização cambial e o crescimento do comércio externo. Esse processo se intensifica a partir das políticas voltadas para o aumento do consumo interno e de uma sistemática recuperação do emprego, em particular com carteira assinada, o que contribui para uma melhoria dos indicadores de renda do conjunto dos(as) trabalhadores(as). As análises indicam que o crescimento das taxas de formalização do emprego e de valorização do salário mínimo produziu um aumento da massa salarial tanto dos homens como das mulheres.

No que se refere às mulheres, outro elemento a ser considerado é que a profunda concentração de renda no Brasil coloca a maioria das mulheres na base da pirâmide salarial. Por isso a política de valorização do salário mínimo teve um forte impacto na renda das mulheres. Como já assinalamos anteriormente, nos concentramos na faixa de renda até dois salários mínimos. Além disso, o grande contingente de trabalhadoras domésticas são diretamente impactadas pelo aumento do salário mínimo, bem como as aposentadas rurais. No entanto, ainda é muito incipiente o debate sobre a relação entre o aumento do salário mínimo e o impacto sobre as rendas das mulheres. Tradicionalmente, o debate sobre o salário mínimo era abordado a partir da renda familiar, sempre pensado como salário familiar.

No início dos anos 2000, a Marcha Mundial das Mulheres trouxe o tema da valorização do salário mínimo como forma de combater a pobreza entre as mulheres, a partir do enfrentamento da desigualdade, com redistribuição da renda e atuando para impactar justamente as categorias

que estão na base da pirâmide salarial. Essa proposta inclusive contribuiu para concretizar caminhos para o tema amplamente discutido no movimento de mulheres de salário igual para trabalho igual, que contribui para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres. Isso foi comprovado a partir das avaliações do impacto da valorização do salário mínimo nesses últimos oito anos. Para Marcio Pochmann, presidente do Ipea, a melhora na renda das mulheres pode ser explicada, em parte, por uma “transição”: “Elas deixam de ocupar serviços domésticos e informais para vagas com mais proteção, como no setor industrial.”

Desafios para a construção da autonomia econômica das mulheres

Alcançar a autonomia econômica das mulheres é um aspecto central para modificar as atuais relações de desigualdade que vivem as mulheres. Essa autonomia não é pensada apenas no acesso à renda, mas no acesso a um salário e trabalho dignos, à previdência social e aos serviços públicos. A Marcha Mundial das Mulheres aponta que a autonomia econômica das mulheres exige a distribuição das riquezas, o direito ao emprego, condições de produzir e comercializar com dignidade, possibilidades de crescimento pessoal e também o direito ao tempo livre.

Da mesma forma, o combate à pobreza tem que se dar como parte da construção da justiça social, portanto questionando os determinantes das desigualdades. Para isso, é fundamental colocar a questão da igualdade como o princípio que deve orientar a construção de uma economia voltada para atender as necessidades humanas e o bem-estar.

No que tange especificamente às políticas de gênero, Lavinias (1996) aponta que essas devem se voltar à questão da divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito privado como no público. Segundo a autora, essas duas áreas estão intimamente relacionadas e, portanto, não é possível a alteração de uma sem levar em consideração a outra.

A demanda por políticas e por serviços públicos de caráter universal para o cuidado humano é fundamental para que este deixe de ser uma responsabilidade individual

das mulheres e seja uma responsabilidade de todos e todas. Isso significa responsabilizar os homens e, ao mesmo tempo, construir respostas em nível do poder público. Já foi exposto o papel do acesso à creche para melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho. Há que se avançar igualmente em outros campos, como, por exemplo, na alimentação. Hoje, no Brasil, existem poucas experiências de restaurantes públicos organizados pelos governos municipais ou mesmo por parte das comunidades organizadas, como, por exemplo, nos movimentos sociais. No livro Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana, organizado por Maria Lúcia da Silveira e Neuza Tito (2008), são relatadas experiências protagonizadas por mulheres que visam a socialização do trabalho doméstico, ou seja, é uma questão que deixa de ser pensada e resolvida isoladamente por cada mulher e passa, então, a ser resolvida coletivamente.

As experiências relatadas são, principalmente, voltadas à questão da alimentação própria e familiar, como é o caso de um refeitório coletivo em um assentamento do Movimento Rural Sem Terra no Brasil e refeitórios populares e coletivos no Peru e na Argentina (“Comedores Populares”). Nessas experiências, a comida passa a ser preparada coletivamente, contribuindo para alimentar um grande número de pessoas e liberar parte das mulheres para realizarem o trabalho remunerado.

Por fim, a plena autonomia econômica das mulheres só será efetiva se houver uma superação da divisão sexual do trabalho, nos marcos de construção de uma sociedade igualitária. Mas, ao mesmo tempo, é importante avançar em políticas de emprego, fortalecer a produção das mulheres no meio rural e também as experiências autogestionadas da economia solidária. A Marcha Mundial das Mulheres procura debater e criar formas de superar a

divisão sexual do trabalho, a naturalização do trabalho das mulheres na esfera privada e a valorização do trabalho produtivo sobre o trabalho reprodutivo, construindo as condições necessárias para que as mulheres tenham mais tempo livre para o ócio e para a participação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília. O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero. (s/d). Disponível em: ←http://www.ipundp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA_MULHER.pdf→. Acesso em: 30 mai. 2011.

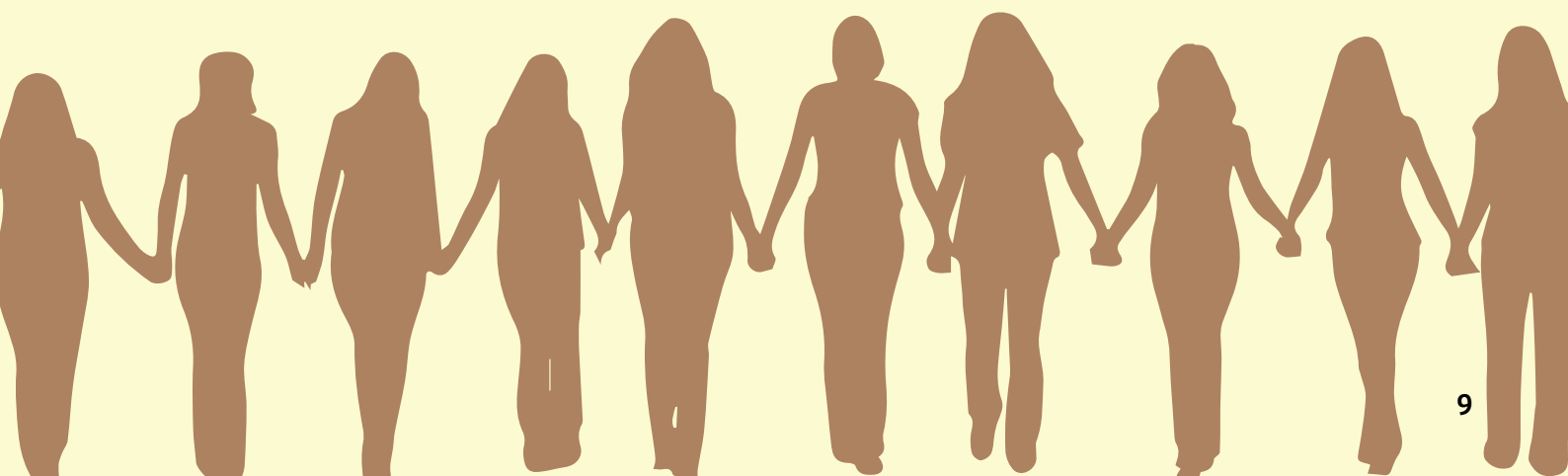
ARAÚJO, Angela Maria Carneiro et al. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. In: VII Congresso luso-afro brasileiro de ciências sociais. Portugal, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, n. 110, p. 67-104, 2000.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista. In: _____ (Org.). Mujeres y Economía. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.

_____. Economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesus (Org.). Estudios sobre género y economía. Madrid: Eac Akal, 2006.



DESIGUALDADE de renda continua a cair, mas em ritmo menor. R7 Notícias, 5 out. 2010. Disponível em: [←http://noticias.r7.com/economia/noticias/desigualdade-de-renda-continua-a-cair-mas-em-ritmo-menor-20101005.html](http://noticias.r7.com/economia/noticias/desigualdade-de-renda-continua-a-cair-mas-em-ritmo-menor-20101005.html)→. Acesso em: 30 mai. 2011.

FREITAS, Taís Viudes. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado. São Paulo: SOF, 2007. p. 9-66.

_____. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008, p.27-53.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003. p. 15-30.

_____. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Síntese de Indicadores Sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2014. Rio de Janeiro, 2014.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia et al. (Org.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003. p. 55-63.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. Revista Estudos Feministas, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 3, p. 901-908, 2009.

NOBRE, M. Introdução a economia feminista. In: NOBRE, M.; FARIA, N. (Org.). Economia feminista. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2002.

ONU MULHERES. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social. 2016. Disponível em: [←http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/encarte_mais_igualdade_para_as_mulheres_brasileiras.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/encarte_mais_igualdade_para_as_mulheres_brasileiras.pdf)→. Acesso em: 2 set. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, p. 1.429-1.439, 2007.

SILVEIRA, Maria Lúcia da; TITO, Neuza (Org.). Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2010.